

Análise de políticas públicas socioambientais no período 2023-2026

Relatório síntese de avaliação
das propostas da Bússola de 2022



Apresentação

Este documento sintetiza a avaliação das políticas públicas socioambientais desenvolvidas no período de 2023 a 2026, a partir das propostas para alavancar o desenvolvimento sustentável do país, apresentadas na “Bússola do IDS para as Eleições de 2022”, por meio de cinco eixos estratégicos: governança democrática, economia verde, clima & biodiversidade, segurança hídrica e formação cidadã.

O relatório que segue revisa esse conjunto de propostas, de modo a entender o que foi de fato concretizado em termos de políticas públicas. De forma complementar, indicadores socioambientais foram compilados. Este exercício se justifica pois, assim como há quatro anos, o IDS volta a fomentar o debate público em torno de iniciativas concretas junto a candidatos e candidatas às eleições nacionais.

As análises reunidas nesse documento, ao lado da escuta de especialistas e lideranças nas áreas priorizadas, servirão de base para a nova edição da Bússola do IDS “Brasil Potência Socioambiental – Diretrizes para a implementação de uma agenda de desenvolvimento sustentável para o ciclo 2027-2030”.

A nova Bússola será aberta ao público, com o objetivo de que as propostas sejam debatidas, aprimoradas e implementadas no próximo ciclo político (2027-2030).

Este relatório está estruturado em quatro blocos: (1) Balanço da Bússola 2022, avaliando o grau de realização das propostas do IDS; (2) Análise das políticas públicas socioambientais 2023- 2026, organizada em cinco eixos temáticos; (3) Levantamento de dados socioambientais, com indicadores sobre desmatamento, emissões, queimadas e áreas protegidas; (4) Referências bibliográficas e documentos de política pública.

Acreditamos que a publicação de informação baseada em evidências qualifica o debate público que se inicia com o lançamento de pré-candidaturas aos cargos sob eleição em 2026, assim como a construção de novas agendas de políticas públicas.

O IDS é uma organização da sociedade civil de interesse público e suprapartidária. Atuamos para promover o debate público transparente sobre temas de interesse comum, por meio de espaços participativos de tomada de decisão e formulação de políticas públicas.

PARTE I

Balanço da Bússola 2022

A Bússola 2022 sistematizou as propostas do IDS para o ciclo político iniciado em 2023, organizadas em cinco eixos: clima e biodiversidade, economia verde, segurança hídrica, governança democrática e formação cidadã & juventudes. O balanço avalia o grau de realização de cada proposta, com base em evidências legislativas, normativas e de implementação até abril de 2026.

1.1 Clima e Biodiversidade

PROPOSTA	STATUS	ORIGEM	EVIDÊNCIA PRINCIPAL	NOTA ANALÍTICA
Reverter retrocessos e reconstruir governança ambiental	Cumprido parcialmente	Executivo	Recriação do MMA, recomposição do Conama, concursos para Ibama/ICMBio, recomposição orçamentária	Reconstrução institucional real, mas não reversão integral; aprovação da nova Lei do Licenciamento enfraquece sistema nacional do meio ambiente
Restabelecer PPCDAm e criar planos para todos os biomas	Cumprido parcialmente	Executivo	Retomada do PPCDAm e PPCerrado, expansão para outros biomas	Necessária consolidação de planos nos demais biomas
Reativar o Fundo Amazônia	Cumprido	Executivo	Fundo reativado em 2023, governança retomada e projetos contratados	Média de investimento de R\$ 1,3 bi / ano
Retomar conversão de multas em serviços ambientais	Cumprido parcialmente	Executivo	Programa retomado pelo Ibama em 2023	Mecanismo voltou, mas escala e resultados carecem de mensuração
Cancelar CAR irregular com desmatamento ilegal	Cumprido parcialmente	Executivo	Reforço de controles indiretos, vínculo com crédito rural	Avanço regulatório, mas sem implementação plena
PEC 37/2021 – Segurança Climática como direito fundamental	Não avançou	Legislativo	Sem avanço decisivo na Câmara	Relevante simbolicamente, sem tramitação legislativa
PEC 6/2021 – Direito à água potável	Cumprido parcialmente	Legislativo	Aprovada no Senado, remetida à Câmara	Avanço formal, sem conclusão constitucional até abril 2026
Mercado de carbono	Cumprido	Legislativo	SBCE instituído pela Lei 15.042/2024 (PL 182/2024); o PL 528/2020 não chegou a ser votado	Em processo de regulamentação
PL – Manejo Integrado do Fogo	Cumprido	Legislativo	Virou a Lei 14.944/2024	Uma das vitórias legislativas mais claras da agenda
Marco Temporal	Retrocedeu	Legislativo/Judiciário	Lei 14.701/2023; STF declarou o marco temporal inconstitucional pela segunda vez ; acórdão publicado, sujeito a recursos	Derrota no Congresso parcialmente revertida pelo STF. Disputa persiste via PEC 48/2023
PL 191/2020 – Mineração em TIs (contrário)	Cumprido	Legislativo	Projeto retirado em 2023	Bloqueio direto e inequívoco da agenda regressiva
PL 2.159/2021 – Licenciamento Ambiental (contrário)	Retrocedeu	Legislativo	Aprovado na Câmara, tendo os vetos presidenciais derrubados	Maior ataque à política ambiental brasileira. Flexibiliza o controle sobre obras de grande impacto
PL 6.299/2002 – Agrotóxicos (contrário)	Retrocedeu	Legislativo	Virou a Lei 14.785/2023	Derrota, pois flexibiliza regime de controle e aprovação de agrotóxicos

Legenda

Cumprido	Cumprido parcialmente	Não avançou / Retrocedeu
----------	-----------------------	--------------------------

1.2 Economia Verde

PROPOSTA	STATUS	ORIGEM	EVIDÊNCIA PRINCIPAL	NOTA ANALÍTICA
Criar Plano Nacional para Economia Verde	Cumprido parcialmente	Executivo	PTE passou a cumprir essa função estratégica	Demanda absorvida por arquitetura financeira e de inovação mais ampla; necessária articulação multissetorial e estabelecimento de metas específicas
Formular uma taxonomia verde	Cumprido	Executivo	Taxonomia Sustentável Brasileira instituída por decreto em 2025	Criou critérios comuns para finanças sustentáveis. Precisa de consolidação
Promover reforma tributária sustentável	Cumprido parcialmente	Executivo	EC 132/2023 e LC 214/2025 criaram novo sistema com Imposto Seletivo sobre bens nocivos para o meio ambiente	Aplicou princípio poluidor-pagador de forma parcial, com restrição para aplicação sobre setores em regimes especiais
Ampliar CT&I para sustentabilidade	Cumprido parcialmente	Executivo	Reorientação estratégica em PTE e Nova Indústria Brasil (NIB)	Mudança de direção clara, sem salto consolidado de financiamento

1.3 Segurança Hídrica

PROPOSTA	STATUS	ORIGEM	EVIDÊNCIA PRINCIPAL	NOTA ANALÍTICA
Constitucionalizar o direito à água e ao saneamento	Cumprido parcialmente	Executivo	PEC andou no Senado, sem conclusão	Avanço jurídico-político, porém incompleto
Universalização do saneamento até 2033	Cumprido parcialmente	Executivo	Novo PAC e manutenção das metas do marco legal	Reforço de investimento, mas universalização segue distante
Implementar a PNRH e fortalecer comitês de bacia	Cumprido parcialmente	Executivo	Reativação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e atualização regulatória da ANA	Reforço incremental, sem salto institucional profundo
Vincular proteção de mananciais à NDC e restauração	Cumprido parcialmente	Executivo	Maior coerência entre NDC, restauração e uso da terra	Mais alinhamento entre políticas do que adoção literal da proposta

1.4 Governança Democrática

PROPOSTA	STATUS	ORIGEM	EVIDÊNCIA PRINCIPAL	NOTA ANALÍTICA
Adotar ODS como base do planejamento estatal	Cumprido parcialmente	Executivo	Recriação da Comissão Nacional para os ODS; ODS incorporados ao PPA 2024-2027	Forte avanço federal, ainda desigual nos diferentes níveis de governo
Garantir maior participação municipal na carga tributária	Não avançou	Executivo	Sem rearranjo federativo amplo nessa direção	Criou Comitê Gestor, sem redistribuição relevante
Revogar o teto de gastos	Cumprido	Executivo	Teto substituído pelo Regime Fiscal Sustentável em 2023	Substituição não eliminou limites fiscais, mas revogou o modelo anterior
Formular Política Nacional de Ordenamento Territorial	Cumprido parcialmente	Executivo	PNOT entrou em elaboração com grupo interministerial	Tema voltou à agenda federal, mas sem implementação ainda

1.5 Formação Cidadã e Juventudes

PROPOSTA	STATUS	ORIGEM	EVIDÊNCIA PRINCIPAL	NOTA ANALÍTICA
Incluir democracia e sustentabilidade na grade curricular	Avançou, mas insuficiente	Executivo	Programa Educação para Cidadania e Sustentabilidade criado, sem mudança curricular ampla	Houve avanço programático, sem mudança estrutural
Apoiar Conjuve e participação juvenil	Cumprido parcialmente	Executivo	Retomada da agenda de juventude e participação social	A política foi retomada, com implementação desigual
Tratar diversidade e interseccionalidade como centrais	Cumprido parcialmente	Executivo	Agenda incorporada em várias políticas, inclusive climáticas	A perspectiva interseccional orientou políticas públicas
Criar oportunidades de capacitação na economia verde para jovens	Cumprido parcialmente	Executivo	Profissionais do Futuro – Competências para a Economia Verde (MEC/GIZ)	Programa em implementação, com jovens entre os públicos prioritários e formação em setores verdes, mas ainda sem escala nacional suficiente para caracterizar cumprimento integral.

PARTE II

Análise das Políticas Públicas 2023-2026

Apresentaremos a seguir mais detalhes acerca das mudanças no arcabouço institucional socioambiental.

Eixo A – Reconstrução Institucional da Política Socioambiental

O primeiro marco foi a recriação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima em janeiro de 2023, seguida de nova estrutura regimental em 2024. Houve recomposição da participação social no CONAMA (Decreto 11.417/2023), crescimento orçamentário superior a 120% no MMA entre 2022 e 2025, e recomposição dos quadros de Ibama e ICMBio com mais de mil nomeações autorizadas em 2025. Merece destaque a rearticulação da política indigenista, formalizada através da criação do Ministério dos Povos Indígenas.

Órgão / Indicador	Evolução Orçamentária(2022-2025)	Observação
MMA (Geral)	120%	Inclui recriação ministerial e ampliação de estrutura
IBAMA	93,70%	Autos de infração ampliados em 81% na Amazônia (2023-2025 vs. 2020-2022)
ICMBio	120,20%	Mais de 100 novos servidores nomeados a partir de 2025

Resultados de Fiscalização (Eixo A)

- Queda do desmatamento: ~35% entre agosto 2024 e janeiro 2025
- Degradação florestal: redução de até 93% nos indicadores DETER/INPE de degradação florestal (agosto de 2024 a janeiro de 2025)
- Área queimada: queda de 65,8% no primeiro semestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024
- Ações de fiscalização: +59% Ibama e +24% ICMBio em relação a 2022

Eixo B – Planejamento Climático e Comando-e-Controlle

- O Plano Clima 2024-2035, na versão final lançada em março de 2026, estrutura-se com oito planos de mitigação e dezesseis planos de adaptação. O governo retomou o PPCDAm e o PPCerrado em novas fases (2023-2027), com a meta de desmatamento zero até 2030. A NDC brasileira, apresentada em 2024, estabelece redução de emissões líquidas entre 59% e 67% até 2035 em relação a 2005.
- Marco: Plano Clima 2024-2035: 8 planos de mitigação + 16 planos de adaptação (lançado mar. 2026)
 - Marco: PPCDAm e PPCerrado 2023-2027: meta de desmatamento zero até 2030
 - Marco: NDC 2024: redução de 59%-67% das emissões líquidas até 2035 vs. 2005

Eixo C – Finanças Verdes e Instrumentos Econômicos

O centro desse bloco é o Plano de Transformação Ecológica (PTE), que articula instrumentos econômicos, financeiros e regulatórios para indústria, agricultura, energia e finanças. O PTE reposiciona o clima como estratégia de desenvolvimento e política econômica, tentando superar a separação histórica entre agenda ambiental e agenda econômica.

- Fundo Clima: de R\$ 400 mi/ano (até 2022) para R\$ 10,4 bi aprovados em 2024 e R\$ 12,5 bi em 2025; potencial de R\$ 48,2 bi somando 2024–2026
- Taxonomia Sustentável Brasileira: aprovada em 2025, formalizada por decreto como instrumento do PTE
- Eco Invest Brasil: 1º leilão – R\$ 6,8 bi públicos mobilizaram R\$ 44,3 bi totais; 3º leilão (2026) com potencial de mobilizar R\$ 52,8 bi
- Títulos soberanos sustentáveis: 1ª emissão em nov. 2023 (US\$ 2 bi); 60% alocados em despesas verdes e 40% em sociais
- SBCE (Lei 15.042/2024): mercado regulado de carbono criado; em fase regulatória em 2026, com cronograma em 5 fases
- Reforma Tributária (EC 132/2023 + LC 214/2025): Imposto Seletivo como instrumento de política ambiental

Eixo D – Reindustrialização Verde, Energia e Bioeconomia

A Nova Indústria Brasil (NIB, jan. 2024) é o braço produtivo da transformação ecológica. A Missão 5 – bioeconomia, descarbonização e segurança energética – com potencial de mobilizar R\$ 468,38 bilhões em recursos públicos e privados. Na transição energética, três frentes estruturam o período:

- Combustível do Futuro (Lei 14.993/2024): SAF, diesel verde e biometano; projeção de R\$ 260 bi em investimentos até 2037 e evitação de 705 Mt CO₂
- Hidrogênio de baixa emissão (Lei 14.948/2024): marco legal, PHBC (Programa Nacional de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono) e Rehidro (Regime Especial de Incentivos para Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono).
- Bioeconomia: Estratégia Nacional (2024) e PNDBio (Plano Nacional de Bioeconomia) lançado em 1º abr. 2026, com R\$ 350 mi iniciais do Fundo Amazônia

Eixo E – Cidades, Adaptação e Agenda Territorial

O Programa Cidades Verdes Resilientes (Decreto 12.041/2024) e o PlaNAU (Plano Nacional de Arborização Urbana, 2026) são os marcos centrais desse eixo. O PCVR tem como objetivo aumentar a qualidade ambiental e a resiliência das cidades diante dos impactos da mudança do clima, por meio da integração de políticas urbanas, ambientais e climáticas, com execução prioritária nos territórios mais vulneráveis, conectando, portanto, agenda climática e justiça socioambiental. O PlaNAU define metas como ampliar de 45,5% para 65% a parcela de moradores com ao menos três árvores no entorno de casa e expandir a cobertura vegetal urbana em 360 mil hectares até 2045.

Síntese e Leitura Analítica

O ciclo 2023-2026 representou, em relação às propostas da Bússola 2022, um avanço real, mas assimétrico. Nas dimensões mais diretamente associadas à reconstrução institucional - especialmente a recomposição do MMA, do Ibama e do ICMBio, a retomada do PPCDAm e do Fundo Amazônia, que atingiu até maio de 2026 R\$ 5,2 bilhões em projetos aprovados - houve medidas concretas na direção de retomar e fortalecer ações capazes de colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento sustentável e de implementar os compromissos globais com o clima, a sustentabilidade e os direitos humanos.

No eixo de Economia Verde, o Plano de Transformação Ecológica, a Taxonomia Sustentável Brasileira, o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), o Eco Invest, os títulos soberanos sustentáveis e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, em inglês) representam inovações institucionais e financeiras que consolidam um arcabouço normativo relevante e definem estratégias de investimento público e privado com parâmetros de justiça social, transparência, proteção ambiental e aproveitamento do potencial energético e natural do Brasil.

Nas dimensões de Governança Democrática e Formação Cidadã, os avanços incluíram a recomposição de conselhos, com destaque para a reestruturação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e outras instâncias participativas, bem como iniciativas de fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e de articulação federativa, como o União com Municípios, voltadas à cooperação entre a União e os governos locais.

Faltam, no entanto, metas claras associadas aos arranjos institucionais e de governabilidade que viabilizem as políticas.

Na arena legislativa, houve derrotas relevantes para a agenda socioambiental. A aprovação do Marco Temporal (que segue em disputa no judiciário), da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental e da nova Lei de Agrotóxicos representou mudanças importantes no marco regulatório socioambiental, enquanto iniciativas como o reconhecimento da água como direito humano e a inclusão da segurança climática na Constituição Federal ainda não foram aprovadas. Esse cenário evidencia as tensões entre os Poderes Executivo e Legislativo ao longo do período.

Enquanto o Executivo buscou reconstruir instrumentos de proteção ambiental e implementar os compromissos climáticos assumidos pelo país, o Congresso aprovou medidas que flexibilizaram normas de proteção ambiental, algumas das quais suscitam questionamentos quanto à sua compatibilidade com o artigo 225 da Constituição Federal, que assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. A nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental tornou-se símbolo desse embate, sendo objeto de controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. Além do conteúdo das medidas aprovadas, também foi objeto de críticas a condução de parte do processo legislativo, marcada pela tramitação acelerada de matérias complexas e pela adoção de procedimentos que reduziram as oportunidades de debate público e participação social.

Entre os principais avanços, destacam-se a criação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação da Caatinga, voltada à restauração e ao uso sustentável do bioma, e a instituição do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), que estabeleceu o mercado regulado de carbono no país. Além disso, o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 recolocou a agenda climática entre as prioridades do planejamento estratégico do Estado brasileiro. A consolidação de uma agenda socioambiental consistente exige que os Poderes da República construam consensos mínimos, orientados por evidências científicas e pela efetivação dos direitos e deveres previstos na Constituição Brasileira.

Em síntese, o período 2023-2026 foi marcado por avanços relevantes na reconstrução institucional e na formulação de instrumentos voltados à transição climática justa. A criação do Ministério dos Povos Indígenas, uma marca na política indigenista brasileira, é um dos retratos. Destaca-se a construção do Plano Clima, iniciativa ambiciosa de mitigação e adaptação promovida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que, com a participação de múltiplos ministérios, consolida um conjunto de ações setoriais de compromisso com as metas brasileiras de emissões e caminhos para a maior resiliência do país às mudanças climáticas. A sua efetividade depende não apenas de maior materialidade, mas da responsabilidade ética e da mobilização social para que os diversos setores econômicos e sociais abracem a agenda da sustentabilidade no próximo ciclo político.

A realização da COP30 no Brasil reforçou a centralidade da agenda socioambiental e abriu uma oportunidade para aprofundar esse debate, tendo aumentado o nível de conscientização sobre mudanças climáticas. À luz desse balanço, a “Bússola 2026: Brasil Potência Socioambiental” buscará formular diretrizes capazes de consolidar os avanços observados e enfrentar os desafios ainda colocados para o ciclo 2027–2030.

Para que sejam bem-sucedidas, será fundamental criar as condições de implementação, monitoramento e articulação política e social, estabelecendo o compromisso com uma agenda de ação, necessária para que lacunas sejam preenchidas com mudanças reais. Sobretudo, que esta seja uma agenda comum, para além de divisões político-partidárias e que, desse modo, oriente os mais diversos candidatos e candidatas nas eleições e seus mandatos pelos próximos quatro anos.

PARTE III

Levantamento de Dados Socioambientais

Esta seção reúne os principais indicadores socioambientais do Brasil para o período 2022–2024, com base em dados do INPE (PRODES), do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de GEE (SEEG/Observatório do Clima) e do MapBiomass. Os dados cobrem desmatamento por bioma, emissões de gases de efeito estufa, queimadas e áreas protegidas.

3.1 Desmatamento por Bioma (2022–2025)

Os dados do PRODES/INPE apontam trajetória de redução consistente do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, revertendo a tendência de alta do ciclo anterior. O resultado de 2025 marca o terceiro ano consecutivo de queda na Amazônia, com acumulado de 50% de redução em relação a 2022.

Bioma / Período	2022 (ago/21–jul/22)	2023 (ago/22–jul/23)	2024 (ago/23–jul/24)	2025 (ago/24–jul/25)*
Amazônia (km²)	11.594	9.064	6.288	5.796
Variação anual (Amazônia)	base	-21,80%	-30,60%	-7,80%
Cerrado (km²)	~10.950	~11.000	8.174	7.235
Variação anual (Cerrado)	base	~0,5%	-25,70%	-11,50%
Mata Atlântica (km²)	~1.033	765	475	—
Variação anual (Mata Atlântica)	base	-26%	-37,90%	—
Pantanal (km²)	796	723	842	291
Variação anual (Pantanal)	base	-9,20%	16,50%	-65,40%
Caatinga (km²)	~2.627	3.170	3.484	—
Variação anual (Caatinga)	base	20,60%	9,90%	—

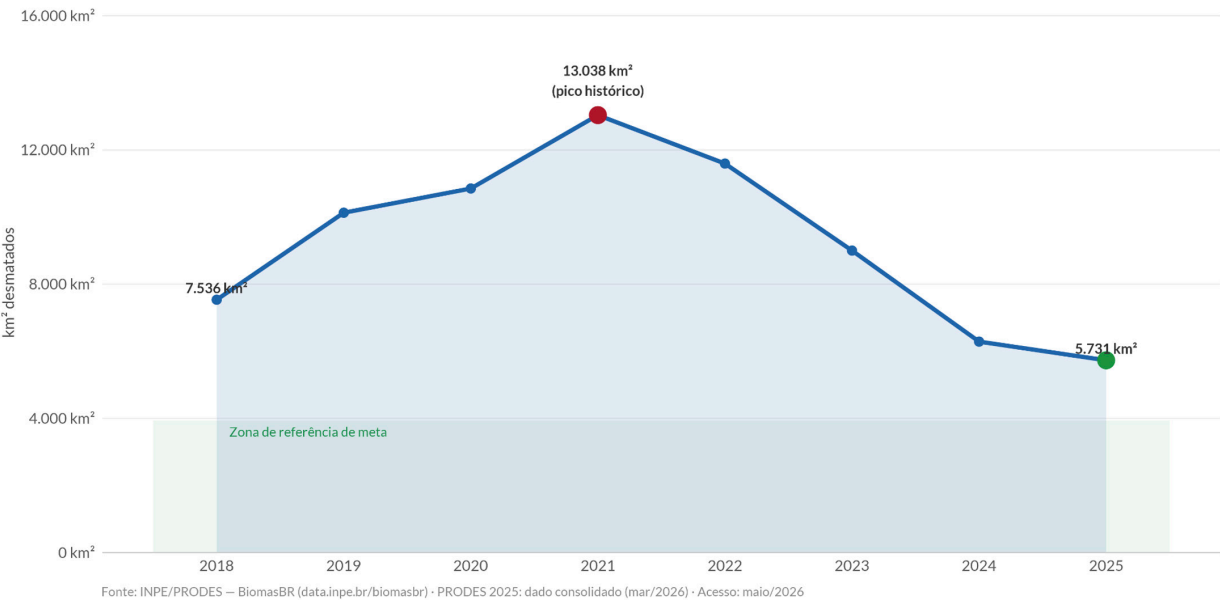
Fontes: INPE/PRODES. * Dados de 2025 são estimativa preliminar para Amazônia e Cerrado; taxa consolidada prevista para 1º semestre de 2026. Dado consolidado PRODES 2025 disponível para o Pantanal (março/2026). Dados de 2025 não disponíveis para Mata Atlântica e Caatinga até a publicação deste documento. Dados de Cerrado 2022/2023 são referências estimadas.

Destaques analíticos – Desmatamento

- Amazônia: 5.796 km² em 2025 – terceira menor taxa da série histórica desde 1988 e terceiro ano consecutivo de redução, com acumulado de 50% de queda em relação a 2022.
- Cerrado: 8.174 km² em 2024 – menor taxa desde 2019 e primeira redução após cinco anos consecutivos de alta. Em 2025, 7.235 km², segundo ano consecutivo de queda.
- Mata Atlântica: 475 km² em 2024 – menor valor da série histórica iniciada em 2001.
- Pantanal: recuperação expressiva em 2025, com queda de 65,4% na supressão em relação a 2024.
- Caatinga: único bioma com crescimento contínuo no período – +20,6% em 2023 e +9,9% em 2024, na contramão da tendência nacional.
- Nos 70 municípios prioritários da Amazônia, integrantes do programa União com Municípios (UcM), o desmatamento acumulou queda de 65,5% entre 2022 e 2025 – desempenho 31% superior ao da Amazônia como um todo. Ao todo são 81 municípios prioritários, mas 70 aderiram ao programa.

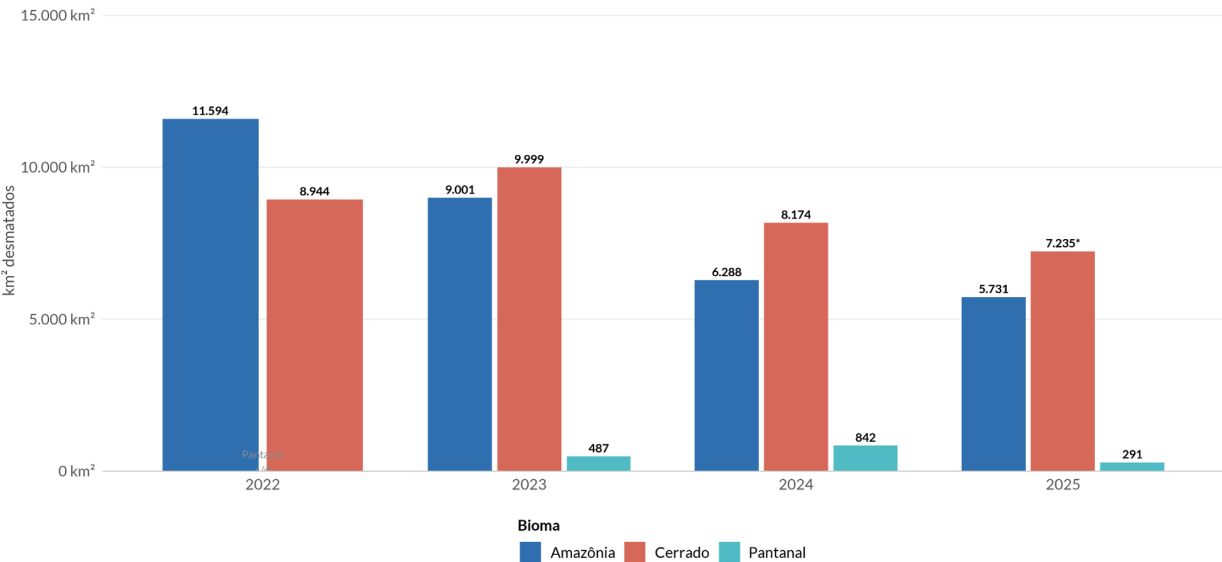
Desmatamento na Amazônia – série histórica 2018-2025

Área desmatada em km² por ano PRODES (ago/ano anterior a jul/ano corrente) · Ponto vermelho: pico (2021) · Ponto verde: mínimo recente (2025) · Meta 15.2 | ODS 1



Desmatamento por bioma – 2022 a 2025

km² desmatados por ano PRODES · * Cerrado 2025: estimativa oficial (out/2025) · Pantanal: série iniciada em 2023 · Meta 15.2 | ODS 15



3.2 Emissões de Gases de Efeito Estufa (2023–2024)

Os dados do SEEG do Observatório do Clima (13ª edição, mar. 2026) mostram trajetória de redução das emissões brutas brasileiras, com queda expressiva de 16,7% em 2024, a segunda maior da série histórica desde 1990, após queda de 12% em 2023.

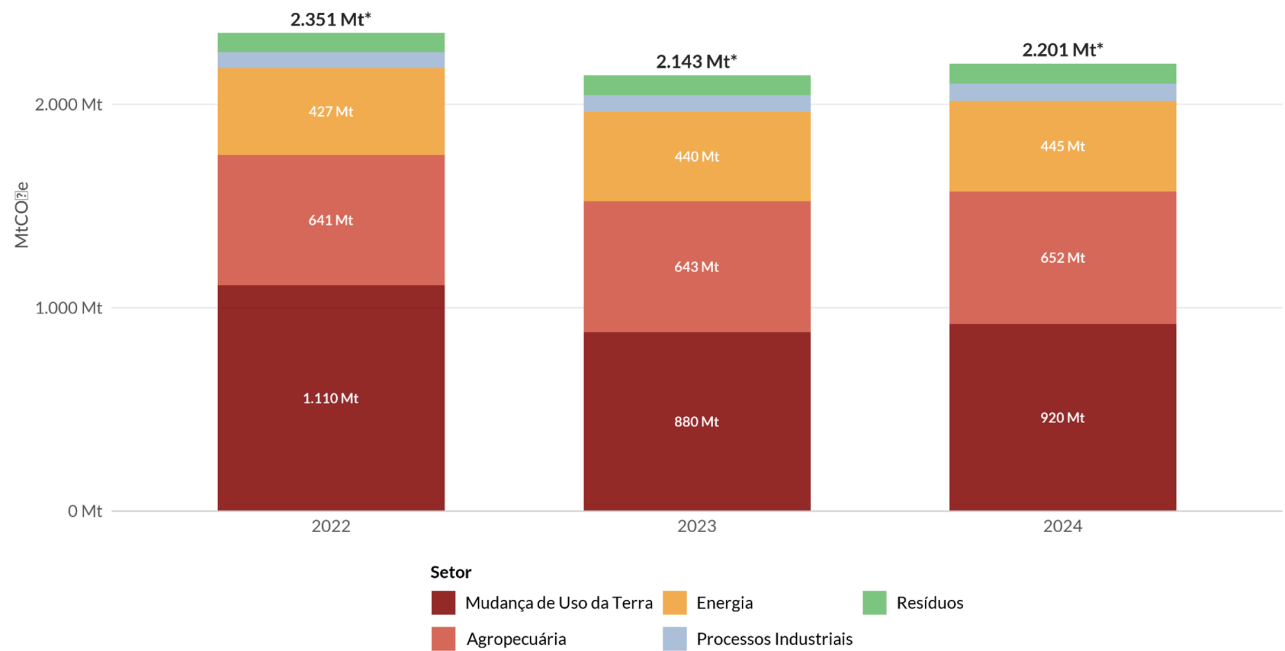
Indicador	2023	2024
Emissões brutas totais (GtCO₂e)	~ 2,576	2,145
Variação anual (brutas)	-	-16,7%
Emissões líquidas totais (GtCO₂e)	1,92	1,489
Variação anual (líquidas)	-	-22%
Mudança de uso da terra – % das brutas	46%	42%
Agropecuária – % das brutas	28%	29%
Energia e PIUP – % das brutas	20%	20%
Emissões brutas per capita (tCO₂e/hab)	—	10,5 (média global: 6,4)
CO₂e evitado – Amazônia + Cerrado desde 2022	—	733,9 Mt acumulado

Notas: Emissões líquidas descontam remoções por áreas protegidas e vegetação secundária. Valores de 2022 para líquidas e participações setoriais são estimativas. PIUP = Processos Industriais e Uso de Produtos.

Destaques analíticos – Emissões

- 2024 teve a 2ª maior queda de emissões brutas da série histórica (desde 1990): -16,7%
- A queda no desmatamento foi o principal fator; a agropecuária registrou o 4º recorde consecutivo em 2023, mas recuou 0,7% em 2024
- Nas emissões líquidas: Mudança de Uso da Terra caiu de 35% para 17% do total; Agropecuária tornou-se a maior fonte (42%)
- Setor energético: crescimento de 1,1% em 2023, puxado por diesel, gasolina e querosene de aviação
- Brasil ainda acima da média global per capita: 10,5 t brutas vs. 6,4 t mundiais em 2024

Emissões brutas de GEE por setor – 2022 a 2024
Em milhões de toneladas de CO₂ equivalente (MtCO₂e) · GWP AR5 · Brasil · * 2024: dados preliminares



Fonte: SEEG 12ª Edição (2025) – Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de GEE · Observatório do Clima (seeg.eco.br) · Verifique valores de 2024 antes de publicar

3.3 Queimadas e Incêndios Florestais

O ano de 2024 foi marcado pela pior crise de queimadas em quatro décadas. Segundo o Relatório Anual do Fogo (MapBiomas Fogo, jun. 2025), 30 milhões de hectares foram afetados: 62% acima da média histórica de 18,5 Mha/ano. A seca extrema associada ao aumento da temperatura agravou condições, sendo a ação humana apontada como principal vetor pelos pesquisadores.

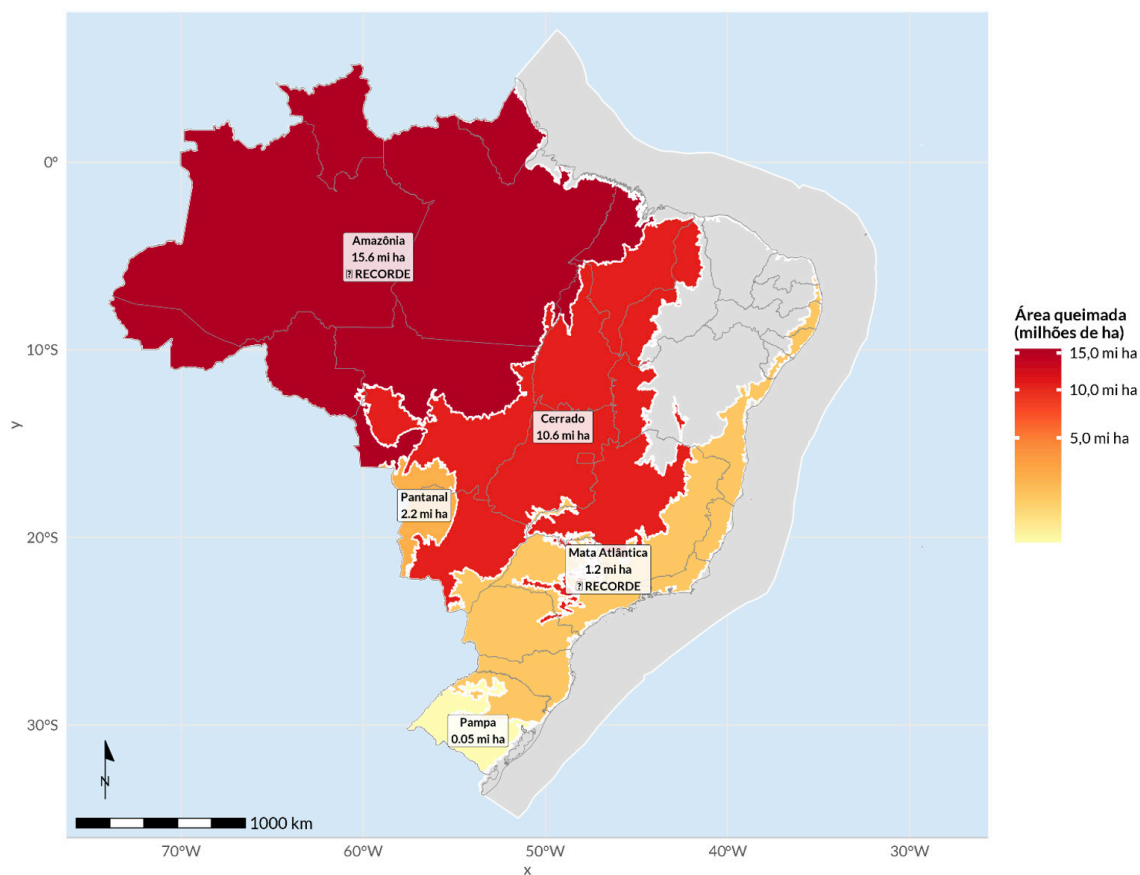
Bioma	Área (Mha, 2024)	Var. vs. Média Histórica	Observação
Amazônia	15,5	1,17	Maior área desde 1985; florestas superaram pastagens como classe mais afetada (1ª vez na série)
Cerrado	9,7–10,6	0,1	85% em vegetação nativa; maior avanço do fogo sobre formações florestais em 7 anos
Pantanal	2,2	1,57	93% em vegetação nativa; 62% do bioma queimou ao menos uma vez em 40 anos
Mata Atlântica	1,2	2,61	Maior extensão desde 1985; fogo avança sobre remanescentes florestais
TOTAL BRASIL	~30	0,62	2024 = 2º pior ano em extensão desde 2007; 29% da área atingida por megaincêndios (>100 mil ha)

Destaques analíticos – Queimadas

- Aumento de focos de calor nos primeiros 11 meses de 2024: +43,7% Amazônia, +64,2% Cerrado, +139% Pantanal vs. 2023
- Pela primeira vez na série histórica, florestas (não pastagens) foram a classe mais afetada na Amazônia – 43% da área queimada no bioma
- 72,7% da área queimada em 2024 ocorreu em vegetação nativa (ante média histórica de 69,5%)
- A principal causa identificada pelos pesquisadores é a ação humana, intensificada por dois anos consecutivos de seca extrema (El Niño 2023–2024)
- As queimadas de 2024 geraram 241 MtCO₂e – maior nível da série histórica –, volume que não integra o inventário oficial de emissões brasileiro
- Em resposta à crise, foi aprovada a Lei 14.944/2024 (Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo), primeiro marco legal específico para o tema, sancionado em julho de 2024, ainda sem efeitos mensuráveis sobre os dados do ano
- Desmatamento caiu, mas queimadas bateram recordes – evidência impacto de fatores combinados (degradação acumulada, redução da evapotranspiração, aumento das temperaturas) e a necessidade de tratar as duas agendas de forma integrada

Cicatrizes de fogo por bioma – 2024

Área queimada em milhões de hectares · Total Brasil: 30 mi ha (+62% vs média histórica 1985–2024) · Caatinga: dado absoluto não publicado no RAF 2024 · Meta 15.5 | ODS 15



3.4 Áreas Protegidas e Terras Indígenas

As áreas protegidas – Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação – cobrem 40,5% das florestas brasileiras. As TIs somam 117,4 milhões de hectares (cerca de 13,8% do território nacional, dados 2025).

Demarcações e homologações (2023-2025)

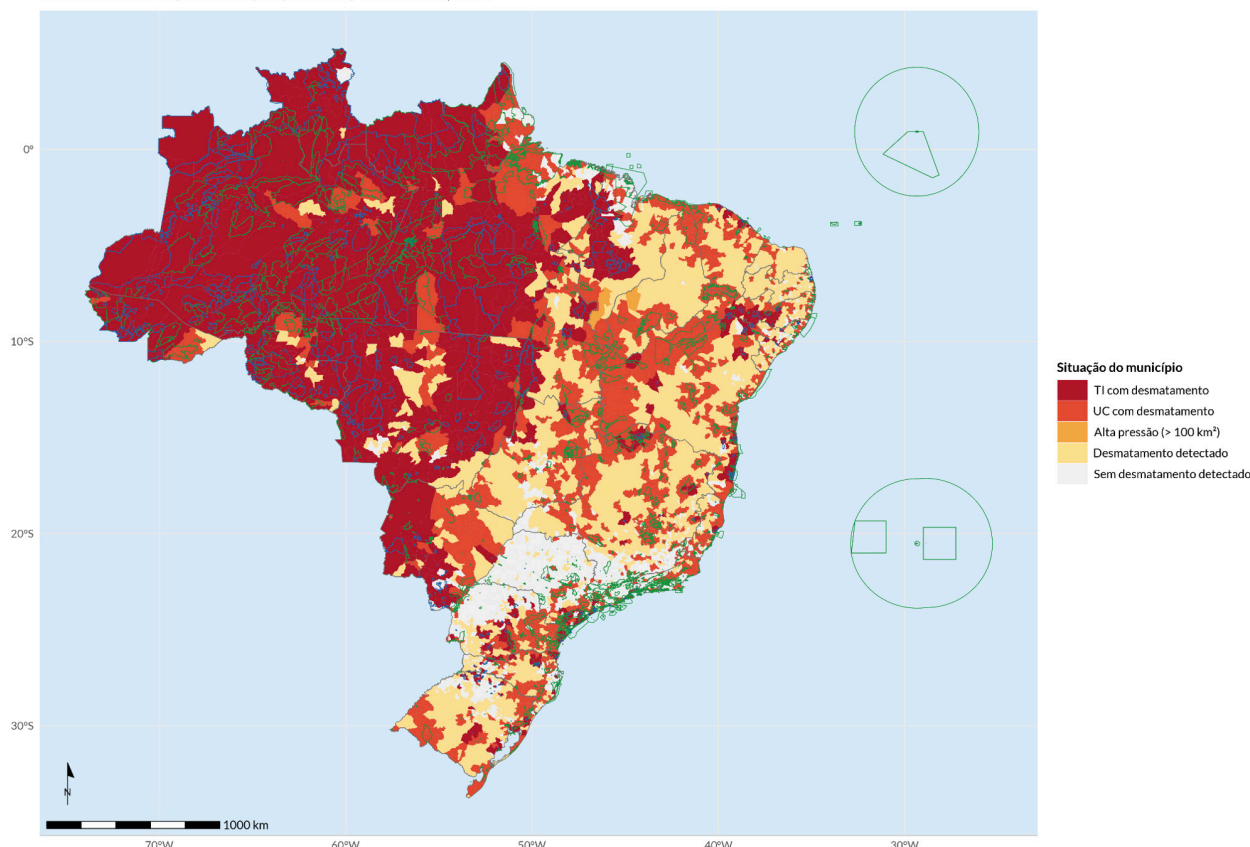
- 20 TIs homologadas entre janeiro de 2023 e novembro de 2025, somando cerca de 2,5 milhões de hectares em 11 unidades federativas
- Contraste com 2019-2022: nenhuma TI homologada – reversão expressiva da política anterior
- Em 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública reconheceu a posse permanente de 11 TIs, totalizando 1.230.390 hectares
- Em novembro de 2025, na COP30, foram assinadas portarias declaratórias de mais 10 TIs em sete estados, elevando para 21 o total de territórios reconhecidos desde 2023

Efetividade das Áreas Protegidas

- Entre 1985 e 2022, TIs perderam menos de 1% da vegetação nativa; áreas privadas perderam 17%
- Na Amazônia, a área fora das TIs perdeu mais de 27% da vegetação original; nas TIs, o desmatamento acumulado é de apenas 1,74%
- No Cerrado, a área fora das TIs perdeu 54,4% da vegetação; nas TIs, apenas 5,89%
- Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – incluindo territórios quilombolas, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável – protegem cerca de 30,5% (um terço) das florestas brasileiras

Pressão do desmatamento sobre Terras Indígenas e Unidades de Conservação

Cruzamento PRODES x UCs (contorno verde) x TIs (contorno azul) - Metas 15.1 e 15.2 | ODS 15



Fontes: INPE/PRODES via datazoom.amazonia (PUC-Rio) - UCs: MMA/CNUC - TIs: FUNAI - Shapefiles: geobr/IBGE - SIRGAS 2000 - Acesso: maio/2026

3.5 Síntese: Contradições e Tensões do Período

Os dados socioambientais do período 2022–2026 (maio) revelam avanços reais em indicadores-chave, mas também tensões estruturais que precisam orientar a próxima Bússola:

- Desmatamento vs. queimadas: queda consistente do desmatamento coexistiu com a pior crise de queimadas em quatro décadas — agenda do fogo deve ser priorizada assim como a do desmate
- Emissões vs. agropecuária: apesar da queda das emissões totais, a agropecuária registrou recordes sucessivos — exige políticas específicas de descarbonização setorial
- Amazônia vs. demais biomas: Cerrado, Pantanal, Caatinga e Mata Atlântica seguem com menor proteção relativa; em alguns casos, com crescimento do desmatamento
- Áreas protegidas vs. pressão fundiária: retomada das demarcações é real, mas Marco Temporal e pressão sobre TIs e UCs seguem como ameaças estruturais

Conclusão: os dados evidenciam uma virada de tendência real e consistente: desmatamento em queda em quase todos os biomas, emissões brutas no segundo maior recuo histórico e territórios indígenas avançando como escudo ambiental efetivo. O período 2023–2026 demonstrou que política pública funciona. Os desafios que persistem, como biomas sub-protetidos, agropecuária como fonte de emissões crescente, fogo como vetor independente e governança territorial ainda frágil, são conhecidos e endereçáveis. Este relatório concentra-se nos dados de clima e biodiversidade porque eles oferecem o alicerce empírico para compreender a evolução da política socioambiental brasileira. É a partir desse diagnóstico que a Bússola 2026 construirá suas reflexões e propostas para os demais eixos que compõem sua agenda de políticas públicas.

PARTE IV

Principais Referências e Publicações

Esta seção apresenta o levantamento de referências bibliográficas e documentos de política pública.

4.1 Documentos de Política Pública e Programas Governamentais

Governança e Planejamento Climático

- Plano Clima 2024-2035 (MMA, mar. 2026) – [Página oficial no MMA](#)
- Plano Clima 2024-2035 (lançamento, 16/3/2026) – [Notícia oficial do lançamento](#)
- Sumário Executivo do Plano Clima – [PDF MMA](#)
- NDC do Brasil 2035 (MMA / UNFCCC, nov. 2024) – [Página oficial da NDC no MMA](#)
- Decreto 11.367/2023 – PPCDam e PPCerrado – [Texto no Planalto](#)
- PPCDam 5ª Fase (2023-2027) – [Página oficial do PPCDam](#)
- PPCerrado 4ª Fase (2023-2027) – [Página oficial do PPCerrado](#)
- Decreto 11.687/2023 – Programa União com Municípios (UcM) – [Texto no Planalto](#)
- Programa União com Municípios – [Página oficial no MMA](#)
- Decreto 12.254/2024 – Estrutura regimental do MMA – [Texto no Planalto](#)

Finanças Verdes e Instrumentos Econômicos

- Decreto 12.705/2025 – Taxonomia Sustentável Brasileira – [Texto no Planalto](#)
- Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) – [Página no Ministério da Fazenda](#)
- Lei 15.042/2024 – Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) – [Texto no Planalto](#)
- SBCE – Página do Ministério da Fazenda – [Detalhes da regulamentação](#)
- Plano de Transformação Ecológica (Novo Brasil) – [Página no Ministério da Fazenda](#)
- Eco Invest Brasil – [Página no Ministério da Fazenda](#)
- 3º Leilão do Eco Invest – R\$ 52,8 bi mobilizados – [Notícia oficial](#)
- Fundo Clima – [Página no MMA](#)
- Fundo Amazônia – [Site oficial do Fundo Amazônia / BNDES](#)
- Reforma Tributária – EC 132/2023 – [Texto no Planalto](#)
- Lei Complementar 214/2025 (Imposto Seletivo e novo sistema) – [Texto no Planalto](#)

Indústria, Energia e Bioeconomia

- Nova Indústria Brasil (NIB) – Missão 5 – [Notícia oficial MDIC](#)
- Lei 14.993/2024 – Combustível do Futuro – [Texto no Planalto](#)
- Combustível do Futuro – Página do MME – [Página oficial](#)
- Lei 14.948/2024 – Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão – [Texto no Planalto](#)
- Lei 14.990/2024 – PHBC (Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio) – [Texto no Planalto](#)
- PNDBio – Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (abr. 2026) – [Lançamento MMA](#)
- Estratégia Nacional de Bioeconomia – Decreto 12.044/2024 – [Texto no Planalto](#)

Agenda Urbana e Territorial

- Decreto 12.041/2024 – Programa Cidades Verdes Resilientes – [Texto no Planalto](#)
- PlaNAU – Plano Nacional de Arborização Urbana (MMA, 2026) – [Notícia oficial MMA](#)
- PlaNAU – Documento completo – [PDF do plano](#)
- Lei 14.944/2024 – Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo – [Texto no Planalto](#)
- Lei 14.701/2023 – Marco Temporal (Terras Indígenas) – [Texto no Planalto](#)
- Lei 14.785/2023 – Nova Lei de Agrotóxicos – [Texto no Planalto](#)
- PL 2.159/2021 – Licenciamento Ambiental – [Tramitação no Senado](#)
- PEC 6/2021 – Direito Humano à Água Potável (Câmara) – [Ficha de tramitação](#)

4.2 Dados e Sistemas de Monitoramento

- PRODES/INPE – Monitoramento do Desmatamento – [TerraBrasilis \(INPE\)](#)
- DETER/INPE – Alertas Diários – [Painel oficial](#)
- SEEG – Sistema de Estimativas de Emissões de GEE – [Plataforma oficial \(Observatório do Clima\)](#)
- SEEG 13 – Relatório Analítico 2025 – [PDF do relatório](#)
- MapBiomass Fogo – Coleção 4 e Relatório Anual do Fogo (jun. 2025) – [Lançamento oficial](#)
- MapBiomass Brasil – Mapeamento de cobertura e uso da terra – [Plataforma oficial](#)
- Funai – Terras Indígenas – [Portal oficial](#)

Considerações finais

O cenário político brasileiro é complexo e desafiador, mas os dados reunidos neste relatório demonstram que o engajamento da sociedade e a formulação de políticas públicas bem desenhadas produzem resultados concretos. É a partir dessa convicção que o IDS apresenta este levantamento como subsídio para a construção da Bússola 2026, com um conjunto de propostas socioambientais para orientar a agenda do próximo quadriênio. Por meio de pesquisa rigorosa, escuta qualificada e trabalho em rede com especialistas, movimentos e instituições, o IDS busca contribuir para que o Brasil do futuro seja capaz de transformar seus extraordinários potenciais natural e humano em desenvolvimento justo, sustentável e democrático.

Ficha Catalográfica

Conselho Diretor

Dulce Maria Pereira – Presidente
Caio Magri – Vice-Presidente
Adriana Ramos – Conselheira
Luana Maia – Conselheira
Caetano Scannavino – Conselheiro

Equipe Executiva

Carolina Riberti Mattar
Diretora Executiva

Ana Luiza Canalli
Pesquisadora em Economia Verde

Elisabete Fernandes
Coordenadora de Finanças e Controle

Paolla Yoshie
Designer Gráfica e Produtora de Conteúdo Digital

Renato Rodrigues
Consultor em Políticas Climáticas (Foco em Metano)

Vinicius Moraes da Cunha
Pesquisador de Políticas Públicas Socioambientais

Créditos da Publicação

Pesquisa e redação: Vinicius Moraes da Cunha

Revisão: Carolina Riberti Mattar



Análise de políticas públicas socioambientais no período 2023-2026

Relatório síntese de avaliação das propostas da Bússola de 2022



www.idsbrasil.org



ids@idsbrasil.org



[/IDSBrasil](https://www.facebook.com/IDSBrasil)



[@ids_brasil](https://www.instagram.com/ids_brasil)



[/idsbrasilquequeremos](https://www.youtube.com/idsbrasilquequeremos)



[ids-brasil](https://www.linkedin.com/company/ids-brasil)